

Clipping n° 659

, 30 Setembro 2010 - 20:27:16

FST realiza mobilização em defesa da unicidade sindical

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) realizou em Brasília, na segunda-feira (27), um protesto contra a edição de portarias do Ministério do Trabalho, que interferem na unicidade, autonomia e representatividade do movimento sindical brasileiro. A manifestação ocupou a Esplanada dos Ministérios, a partir das 8h30, com a presença de Sindicatos, Federações e Confederações de vários setores e Estados brasileiros. A manifestação teve o objetivo protestar contra a edição das portarias 186 (sobre os pedidos de registro sindical), editada em 10 de abril de 2008, além da portaria 2.092, de 2 de setembro de 2010, que cria o Conselho de Relações do Trabalho (CRT), órgão destinado a promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo no debate de temas relativos às relações do trabalho. No Ministério do Trabalho, foi protocolado um documento solicitando que sejam anulados os efeitos da Portaria 2.092, que segundo o FST não passou por um processo democrático de discussão, que promovesse um consenso do movimento sindical.

Adin - Os manifestantes seguiram em passeata pela Esplanada até a sede do Supremo Tribunal Federal (STF), onde várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade sobre questões sindicais aguardam julgamento, para também protocolar um documento pedindo ao presidente do tribunal, ministro Ayres Brito, rapidez no julgamento dos processos. Os sindicalistas finalizaram a atividade com um abraço simbólico ao STF.

Sucesso - O coordenador-geral do FST, José Augusto da Silva Filho, disse que o ato superou as expectativas. Estou muito orgulhoso pelo resultado da mobilização, pois o período que tivemos foi apenas de uma semana e foi um sucesso em termos de qualidade e de representatividade, ressaltou. www.fstsindical.com.br

Mineiros soterrados no Chile podem ser resgatados em duas semanas

Brasília O avanço nas operações de resgate dos 33 trabalhadores soterrados há 55 dias na Mina San José, no Deserto do Atacama, no Chile, pode levar à retirada dos mineiros dentro de 15 dias.

A previsão antecipa a estimativa feita inicialmente pelas autoridades de que os mineiros seriam resgatados na primeira semana de novembro. O assessor do Ministério do Interior Cristian Barra afirmou que em duas semanas tudo estará pronto à espera dos mineiros.

O chefe das operações de resgate, André Sougarret, explicou que falta escavar apenas 276 metros para chegar ao local onde estão os trabalhadores. Os mineiros estão a 700 metros de profundidade desde 5 de agosto, quando houve o desabamento na região. As informações são da rede estatal de televisão do Chile, a TVN.

A previsão de que em outubro pode ocorrer o resgate dos mineiros levou otimismo ao Acampamento Esperança, onde estão as famílias dos trabalhadores. Barra, porém, pediu cautela nas expectativas. Em 15 dias estaremos preparados para o resgate, mas isso não significa que esse será o prazo. Tudo estará pronto para que isso ocorra a qualquer momento, disse o assessor. Nas últimas horas, as trincheiras usadas nas operações de resgate se mantiveram ligadas e funcionando de forma ininterrupta. De acordo com Sougarret, a média de escavação foi de 50 metros em 48 horas. Ao contrário do que ocorreu na semana passada, as máquinas não apresentaram falhas nem problemas técnicos e as atividades não sofreram

paralisações.

Na tentativa de manter o ambiente positivo para quando os trabalhadores forem resgatados, o governo do Chile inaugurou uma escola destinada às crianças das famílias que estão acampadas nos arredores da Mina San José. Depois de quase dois meses no local, as crianças estavam sem aulas nesse período. Fonte: Agencia Brasil

Dieese: rendimento médio do trabalhador sobe para R\$ 1.289 em julho

SÃO PAULO - O **rendimento** médio real da população ocupada das sete principais regiões metropolitanas do País registrou aumento de 1,8% em julho, na comparação com o mês anterior, atingindo média de R\$ 1.289. Por capitais analisadas, o rendimento real subiu em Salvador (2,3%, onde passou para R\$ 1.105), São Paulo (2,3%, para R\$ 1.353), Porto Alegre (1,8%, para R\$ 1.323), Distrito Federal (1,3% para R\$ 1.927) e Belo Horizonte (1,2%, para R\$ 1.382). Em contrapartida, houve queda do rendimento em Fortaleza (-0,5%, para R\$ 825). Em Recife, houve estabilidade (0,2%, R\$ 865). Para os assalariados, houve alta de 1,5% nos rendimentos, frente a junho. No sétimo mês do ano, eles receberam R\$ 1.340, em média. Os dados fazem parte da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), divulgada nesta quarta-feira (29) pela Fundação Seade e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

No ano

Na análise anual, o rendimento médio real dos ocupados apresentou elevação de 4,1%, enquanto que o dos assalariados subiu 0,9%. Dentre as capitais do levantamento, houve aumentos nos rendimentos dos ocupados em Recife (12,4%), Salvador (11,1%), Belo Horizonte (7,7%), Porto Alegre (3,5%), São Paulo (3,1%) e Distrito Federal (0,6%). Já em Fortaleza, praticamente não houve variação (-0,1%).

Massa de rendimentos

Considerando a massa de rendimentos dos ocupados e assalariados para o conjunto das áreas analisadas, na comparação anual, a pesquisa aponta crescimento de 8,1%, no primeiro caso, e de 7,2%, no segundo. Em ambos, o bom resultado aconteceu devido ao aumento dos níveis de ocupação e do rendimento, embora para os assalariados este último item tenha menor proporção. De junho para julho, por sua vez, a massa de rendimentos reais dos ocupados cresceu 1,9% e dos assalariados aumentou 1,4%. Nos dois casos, houve reflexo do aumento do rendimento médio real.

Síntese de Indicadores Sociais 2010

Primeira Parte

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, publicou, em 17 de setembro, a Síntese de Indicadores Sociais - SIS 2010. A partir dessa publicação é possível tirar algumas conclusões sobre a qualidade de vida dos brasileiros no que diz respeito a indicadores não relacionados diretamente a salários ou renda e a mudança de comportamento da população. São dados que objetivam sintetizar informações relativas às condições de vida que vêm desde a fecundidade até o nível de alfabetização, passando pela diferenças de gênero no mercado de trabalho, escolaridade dos jovens etc. Os dados são relativos ao ano de 2009. Os números que se seguem devem ser analisados criticamente, pois mostram, entre outros problemas, as grandes diferenças que ainda persistem entre as regiões do país e a tendência natural à manutenção do atual quadro de concentração de renda, quando consideramos a educação como fator fundamental para a modificação dessa triste realidade e para o desenvolvimento do país.

Em 2009, havia 94,8 homens no país para cada 100 mulheres. Entre as regiões metropolitanas, num extremo está Curitiba, com 94,6 homens para 100 mulheres e no extremo inferior encontra-se Recife, com 85 homens para cada 100 mulheres. Uma explicação é o índice de mortalidade masculina ser maior que a feminina.

O Brasil está deixando de ser um país jovem. A proporção de crianças e adolescentes de até 19 anos de idade,

que era de 40,1% da população total em 1999, caiu para 32,8% em 2009. De outro lado, a população com 70 anos ou mais de idade, que representava 3,9% (6,4 milhões de pessoas) da população total em 1999, aumentou para 5,1% (9,7 milhões de pessoas) em 2009. Essas percentagens indicam claramente um envelhecimento da população, resultado da redução do número de filhos por famílias (redução da fecundidade) de um lado e, de outro, do aumento na expectativa de vida das pessoas.

Em 2009, ao nascer, a esperança média de vida do brasileiro era de 73,1 anos. As mulheres têm expectativa de 77 anos enquanto os homens de 69,4 anos. Para ilustrar os contrastes regionais que existem no Brasil, a diferença entre a maior esperança de vida do sexo feminino, 79,6 anos (DF) e a menor do sexo masculino, 63,7 anos (AL) é de quase 16 anos. Ou seja, em média, ao nascer, uma mulher no Distrito Federal tem esperança de vida 16 anos mais que um homem nascido no estado de Alagoas.

Entre 1999 e 2009, a taxa de mortalidade infantil declinou no país de 31,7 óbitos para cada mil nascimentos, para 22,5 óbitos. A menor taxa de mortalidade infantil é do RS, com 12,7 óbitos em cada mil e a maior do estado de Alagoas, com 46,4 crianças mortas para cada mil nascidas vivas, quase quatro vezes a média do RS.

A fecundidade (quantidade de filhos por mulher) varia de acordo com a escolaridade, cor, raça e região do país. Em 2009, o número médio de filhos que uma mulher teria ao final de seu período fértil era de 1,94 (quase 2 filhos por mulher). As menores taxas de fecundidade estão no RJ (1,63) e MG (1,67). As maiores taxas estão no Acre (2,96) e Amapá (2,87). Mesmo assim, registra-se, nas últimas décadas, um declínio nessas taxas em todo o país, independente de renda, cor ou nível de educação. A escolaridade é um dos fatores que influenciam a taxa de fecundidade. Em termos nacionais, mulheres com até 7 anos de estudo tinham (em 2009), em média, 3,19 filhos, enquanto que as mulheres com 8 anos ou mais de estudos tinham 1,68 filhos. Comparando dados regionais extremos, as mulheres menos instruídas da região Norte possuem taxa de fecundidade de 3,61 enquanto que as mulheres mais instruídas da região Sudeste têm taxa de fecundidade de 1,60. A diferença é de 2,01 filhos.

A frequência escolar apresentou expressivo crescimento em 2009. Na pré-escola, faixa de 0 a 5 anos, a frequência era de 23,3% em 1999 e saltou para 38,1% em 2009. Mesmo nas áreas rurais, onde a oferta de creches é muito menor, o crescimento foi de 15,2% para 28,4%. Na faixa dos 6 a 14 anos, desde a metade dos anos 1990, praticamente todas as crianças frequentam as escolas. Em 1999 era 94,2% das crianças nessa faixa de idade e, em 2009, a taxa elevou-se para 97,6%.

A situação escolar não é tão positiva quando se trata de adolescentes entre 15 e 17 anos de idade. Em 2009, o percentual de adolescentes na faixa entre 15 e 17 anos que frequentavam a escola (nível médio) era de 85,2%. No entanto, há um fato preocupante: desses adolescentes, somente 50,9% frequentavam a escola no nível adequado à sua idade, neste caso, o nível médio. Em outros termos, cerca de 49% dos adolescentes estavam atrasados em sua escolarização. Os piores índices desse indicador encontram-se nas regiões Norte e Nordeste e os melhores no Sudeste. O nível de renda familiar aparece como um dos fatores mais importantes para a inadequação entre idade/nível de ensino frequentado. Entre os 20% mais pobres da população, 32% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam no ensino médio, enquanto que, nos 20% mais ricos, o percentual era de 77,9%, isto é, mais que o dobro.

Em 2009, a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais era de 7,5 anos, quando 8 anos são necessários para a conclusão do ensino fundamental obrigatório. Novamente há gritante diferença regional. Enquanto a região Sudeste atingiu média de 8,2 anos, a região Nordeste registrou apenas 6,7 anos de média. Quanto às pessoas com 25 anos ou mais de idade, a média de escolaridade era, em 2009, de 7,1 anos. Mesmo os 20% mais ricos, com média de 10,4 anos, estão abaixo dos 11 anos necessários para completar o nível médio.

Na faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos, 37,9% possuíam, em 2009, o ensino médio completo, isto é, 11 anos de estudo. Desse percentual, 48,1% estão matriculados no ensino superior. Em 1999, a proporção era de 22,1%. Mais uma vez, a diferença regional aparece: o percentual de jovens, na faixa de 18 a 24 anos com ensino médio completo no Sudeste é de

44% e no Nordeste de 31,8%.

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade baixou de 13,3% em 1999 para 9,7% em 2009, ainda, 14,1 milhões de pessoas. Destas, 42,6% tinha mais de 60 anos de idade, 52,2% residiam no Nordeste e 16,4% viviam com meio salário mínimo de renda familiar. Portanto, o analfabetismo se concentra na população idosa, nas pessoas com menor renda e nos habitantes da região Nordeste do país. **Dieese/FSindical - Set. 2010**

Aposentadoria não é mais principal foco da previdência privada, diz Brasilprev

SÃO PAULO - A **previdência privada** não é vista mais apenas como um instrumento para juntar **dinheiro** para a aposentadoria. Ela rompeu essa barreira e, hoje, é usada pelos brasileiros em vários projetos de vida, de acordo com o superintendente **comercial** da Brasilprev, Arizoly Pinto. A previdência privada inclusive serve para aposentadoria. Dos vários usos, um deles é a aposentadoria, mas não é o único, afirmou. O principal objetivo da previdência privada é a realização de um projeto de vida, principalmente os de longo prazo, quando ela maximiza os ganhos do investidor. De acordo com ele, a maioria das pessoas não chega à data-alvo e prefere utilizar os recursos em outros projetos que vão beneficiar não apenas a ela, mas também a toda a sua família. Por exemplo: no momento que o filho nasce, a mãe e o pai, preocupados com o estudo, o ingresso no mercado de trabalho, já fazem previdência. Ele explicou que a previdência tem sido usada como uma ferramenta de sucessão patrimonial, já que não há tantos custos na herança dos recursos, para obter benefícios fiscais e também para diversificação de uma carteira de investimentos.

Dicas

Confira, abaixo, as dicas do superintendente para quem vai contratar previdência privada: » Procure uma instituição que lhe dê tranquilidade: Afinal de contas, a pessoa vai entrar em um plano na data de hoje e conviver com essa empresa por anos. É claro que, se não estiver satisfeito, existe o instrumento da portabilidade, mas a escolha na entrada é importante.

» Qual o melhor plano que vai se adequar ao seu projeto de vida? É um PGDL, um VGDL, com tributação progressiva ou a tributação regressiva? No momento da conversa para fechar o plano, expor os objetivos é importante para que as dicas dadas sejam as melhores.

» O plano não tem um fim em si próprio: Se fechou o plano, não significa que quem tomou a decisão hoje daqui a dez anos não vai precisar revisar. Revise, veja se não existem coisas mais modernas no mercado, se não há melhorias nos planos. Não fique preso à decisão que tomou anos atrás. Fonte: Infomoney

Taxa de desemprego recua para 11,9% em agosto, diz pesquisa do Dieese

SÃO PAULO - A taxa de desemprego nas sete principais regiões metropolitanas do País diminuiu entre julho e agosto deste ano, passando de 12,4% para 11,9% da PEA (População Economicamente Ativa). De acordo com os dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), divulgados nesta quarta-feira (29) pela Fundação Seade e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), no oitavo mês do ano, o contingente de desempregados foi estimado em 2,625 milhões de pessoas, 104 mil a menos do que em julho. Na comparação com agosto do ano passado, houve queda de 16,24%, já que, na época, o contingente de desempregados era de 3,134 milhões.

Desemprego por região

Em agosto, na análise regional mensal, a taxa de desemprego registrou queda em todas regiões pesquisadas, conforme é possível observar na tabela a seguir: **Taxa de desemprego total**

Região Metropolitana	Julho 2010	Agosto 2010
Distrito Federal	13,7%	13,4%
Belo Horizonte	8,3%	7,5%

Fortaleza	10,2%	9,2%
Porto Alegre	8,9%	8,7%
Recife	17,2%	15,9%
Salvador	16,9%	16,3%
São Paulo	12,6%	12,3%
Total	12,4%	11,9%

Tipos de desemprego

Considerando as diferentes formas de desocupação, nota-se que o nível de desemprego aberto, que representa o conjunto de pessoas sem ocupação à procura de trabalho, também apresentou queda, passando de 8,9% para 8,6%, na comparação mensal. Já o desemprego oculto passou de 3,5% para 3,3%.

População ocupada

A população ocupada das áreas analisadas atingiu 18,669 milhões de pessoas no oitavo mês do ano, o que mostra uma variação positiva de 0,8% em relação a julho. Na análise setorial, o segmento de Serviços aparece ainda como o maior empregador, com 10,401 milhões de pessoas atuando no setor no mês passado, seguido pelo Comércio, com 3,201 milhões de trabalhadores, e pela Indústria, com 2,975 milhões de empregados. Os segmentos Outros (serviços domésticos e outros ramos de atividade) e de Construção Civil foram os que mantiveram o menor número de pessoas ocupadas em agosto: 1,585 milhão e 1,276 milhão, respectivamente. Fonte: Infomoney

Jorge Caetano Fermino